



UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA

# O CONFSSIONALISMO NO LÍBANO: IMPACTOS POLÍTICOS E SOCIAIS

*[Confessionalism in Lebanon: Impacts on the Political and Social System]*

Projeto de Licenciatura

Ciência Política e Relações Internacionais

Lara Sofia dos Santos Vieira

Orientadora:

Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas

Setembro de 2025



# **O CONFSSIONALISMO NO LÍBANO: IMPACTOS NO SISTEMA POLÍTICO E SOCIAL**

*[Confessionalism in Lebanon: Impacts on the Political and Social System]*

Projeto de Licenciatura

Ciência Política e Relações Internacionais

Lara Sofia dos Santos Vieira

Orientadora:

Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas

Setembro de 2025

## **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo analisar o confessionalismo no Líbano e os seus impactos no sistema político e social, desde a independência em 1943 até à atualidade. A investigação procura compreender de que forma a distribuição do poder com base na pertença religiosa moldou a organização do Estado, consolidada pelo Pacto Nacional de 1943 e pelo Acordo de Taif de 1989, e como este modelo influenciou tanto a estabilidade institucional como a coesão social. O trabalho analisa os princípios do consociacionalismo aplicados ao contexto libanês, destacando a forma como o sistema de quotas confessionais assegurou representação das diferentes comunidades, mas também cristalizou divisões identitárias, alimentou práticas de clientelismo e dificultou a construção de uma identidade nacional comum.

No plano social, o estudo enfatiza os efeitos do confessionalismo na fragmentação da cidadania, na desigualdade no acesso a serviços básicos e no aumento da dependência das redes comunitárias. Também se aborda o impacto sobre a juventude e o fenómeno da emigração, bem como o papel de movimentos de protesto, como a *Thawra* de 2019, na contestação do modelo vigente. Por fim, é dada atenção ao papel do Hezbollah como exemplo de “Estado dentro do Estado”, que reflete as fragilidades estruturais do sistema confessional e a sua vulnerabilidade a influências externas.

A metodologia utilizada assenta numa pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, incluindo literatura académica, documentos históricos e análises especializadas em ciência política e relações internacionais. Os resultados obtidos permitem concluir que, embora o confessionalismo tenha sido concebido como mecanismo de equilíbrio entre comunidades, tornou-se também um fator de bloqueio institucional, de perpetuação de desigualdades sociais e de instabilidade política.

Palavras-chave: Confessionalismo; Líbano; Consociacionalismo; Pacto Nacional; Acordo de Taif; Hezbollah.

## **Abstract**

This study aims to analyze confessionalism in Lebanon and its impacts on the political and social system, from independence in 1943 to the present day. The research seeks to understand how the distribution of power based on religious affiliation shaped the organization of the State, consolidated by the National Pact of 1943 and the Taif Agreement of 1989, and how this model influenced both institutional stability and social cohesion. The paper examines the principles of consociationalism as applied to the Lebanese context, highlighting how the quota system ensured representation of different communities but also entrenched identity divisions, fostered clientelism, and hindered the construction of a shared national identity.

On the social level, the study emphasizes the effects of confessionalism on the fragmentation of citizenship, unequal access to basic services, and the growing dependence on community networks. It also addresses the impact on youth and the phenomenon of emigration, as well as the role of protest movements, such as the 2019 *Thawra*, in challenging the current system. Finally, special attention is given to Hezbollah as an example of a “state within a state,” reflecting the structural weaknesses of confessionalism and its vulnerability to external influences.

The methodology adopted relies on qualitative and descriptive research, based on a literature review of primary and secondary sources, including academic literature, historical documents, and specialized analyses in political science and international relations. The findings indicate that, although confessionalism was conceived as a mechanism for balancing communities, it has also become a source of institutional deadlock, social inequalities, and political instability.

**Keywords:** Confessionalism; Lebanon; Consociationalism; National Pact; Taif Agreement; Hezbollah.



## Índice

|   |    |
|---|----|
| <b>Resumo</b> .....   | IV |
| <b>Abstract</b> .....   | V  |
| INTRODUÇÃO .....  | 1  |
| CAPÍTULO I - Enquadramento Histórico e Político do Confessionalismo no Líbano ..... | 3  |
| 1.1 O contexto histórico do Líbano antes da independência .....                     | 3  |
| 1.2. O Mandato Francês e a consolidação das divisões .....                          | 3  |
| 1.3 O consociacionalismo e o caso libanês.....                                      | 4  |
| 1.4 O Pacto Nacional e 1943 .....   | 4  |
| 1.5 O Acordo de Taif e a institucionalização do sistema .....                       | 5  |
| 1.6 Pacto Nacional e Acordo de Taif em perspectiva.....                             | 6  |
| CAPÍTULO II – Impactos Políticos do Confessionalismo no Líbano.....                 | 7  |
| 2.1. Estrutura institucional, vetos e impasses .....                                | 7  |
| 2.2. Clientelismo, corrupção e prestação de serviços .....                          | 8  |
| 2.3. Política externa e influência regional .....                                   | 8  |
| 2.4. O papel do Hezbollah no sistema confessional libanês .....                     | 9  |
| CAPÍTULO III – Impactos Sociais do Confessionalismo no Líbano.....                  | 11 |
| 3.1 Reforço das identidades comunitárias .....                                      | 11 |
| 3.2. Acesso desigual a recursos e serviços .....                                    | 12 |
| 3.3. Tensões sociais e exclusão.....  | 13 |
| 3.4. Efeitos na juventude e na emigração .....                                      | 13 |
| Conclusão.....  | 14 |
| Referências bibliográficas e documentais .....                                      | 15 |



## INTRODUÇÃO

“Um sistema político que divide para governar dificilmente unirá para prosperar.” — (Arend Lijphart, 1977)

O presente projeto de graduação tem como tema “O confessionalismo no Líbano: Impactos no sistema político e social” e constitui o término do grau de licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Fernando Pessoa.

A escolha deste tema prende-se com a relevância do Líbano como caso paradigmático de um sistema político assente na pertença comunitária e religiosa. Trata-se de um modelo que procura equilibrar a diversidade interna, mas que, na prática, tem gerado divisões profundas, bloqueios institucionais e desigualdades sociais. A análise deste sistema é fundamental não apenas para compreender a realidade libanesa, mas também para refletir sobre os limites e desafios de arranjos políticos baseados em identidades religiosas em sociedades plurais. Neste contexto, o problema de investigação é o seguinte: em que medida o confessionalismo moldou o sistema político e social do Líbano, garantindo representatividade, mas, ao mesmo tempo, bloqueando a construção de uma cidadania comum e de instituições eficazes? O objetivo geral deste projeto é analisar o confessionalismo no Líbano, destacando as suas origens históricas, a sua institucionalização e os seus impactos políticos e sociais. A abordagem metodológica adotada assenta numa pesquisa qualitativa de caráter descritivo e interpretativo, baseada em revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias. Foram privilegiadas obras académicas de referência (Lijphart, 1977; Hudson, 1968; Makdisi, 2000; Salibi, 1988; Norton, 2014), documentos históricos, relatórios e artigos especializados em Ciência Política e Relações Internacionais. O método utilizado é essencialmente documental, procurando integrar diferentes perspetivas teóricas e empíricas.

A estrutura do projeto organiza-se em cinco capítulos principais:

O Capítulo I apresenta o enquadramento histórico e teórico, explicando a evolução do sistema confessional e o conceito de consociacionalismo, analisa o confessionalismo como sistema político, explorando o Pacto Nacional e o Acordo de Taif como momentos-chave da sua institucionalização.

O Capítulo II aborda os impactos políticos, incluindo a fragilidade institucional, a lógica dos vetos, o papel de atores externos e a influência do Hezbollah.

O Capítulo III discute os impactos sociais do sistema, com enfoque na identidade nacional, nas desigualdades e nos movimentos de contestação.

Assim, este estudo procura contribuir para uma melhor compreensão de como o confessionalismo moldou o Líbano ao longo dos últimos séculos, evidenciando tanto os seus méritos como mecanismo de equilíbrio como as suas limitações enquanto obstáculo à construção de um Estado funcional e de uma identidade nacional inclusiva.

## CAPÍTULO I – Enquadramento Histórico e Político do Confessionalismo no Líbano

### 1.1 Contexto histórico do Líbano antes da independência

O território que hoje conhecemos como Líbano foi, ao longo dos séculos, um espaço marcado por grande diversidade religiosa e cultural. A sua localização geográfica, entre o Mediterrâneo e o interior do Médio Oriente, transformou-o num ponto de encontro e de passagem de diferentes impérios e civilizações. Fenícios, romanos, árabes, cruzados, otomanos e, mais tarde, franceses, deixaram marcas profundas na sua história, refletindo a posição de fronteira e de intermediação que caracteriza a região. Essa diversidade traduziu-se, sobretudo, numa pluralidade de comunidades religiosas. Durante o domínio otomano (1516–1918), essa diversidade foi gerida através do sistema dos millets que se baseava na ideia de que cada grupo religioso possuía autonomia para gerir os seus assuntos internos, incluindo tribunais religiosos, escolas e normas de direito pessoal. Os líderes comunitários eram reconhecidos pelo poder central como intermediários entre o Estado e a população. No caso libanês, isto significou que maronitas, drusos, sunitas e xiitas se organizaram de forma relativamente independente. Apesar de promover estabilidade em determinados períodos, este sistema também reforçou a separação entre comunidades e lançou as bases do que, mais tarde, seria o confessionalismo libanês (Hourani, 2010).

### 1.2 O Mandato Francês e a consolidação das divisões

Com o colapso do Império Otomano no final da Primeira Guerra Mundial, o Líbano passou a integrar a esfera de influência francesa, no quadro do sistema de Mandatos da Liga das Nações. Em 1920, foi criado o Grande Líbano, sob administração direta de Paris, incluindo territórios que anteriormente não faziam parte das montanhas predominantemente cristãs, como áreas com forte presença muçulmana xiita e sunita. Esta decisão alargou a diversidade interna do país, mas também aumentou as tensões sectárias (Salibi, 1988). O Mandato Francês não procurou unificar o território através da promoção de uma cidadania comum. Pelo contrário, reforçou a lógica herdada do sistema dos *millets*, governando a sociedade libanesa a partir das suas diferenças religiosas. A França via na comunidade cristã maronita o seu aliado privilegiado no Médio Oriente, concedendo-lhe vantagens políticas e económicas. Os maronitas ocuparam cargos importantes na administração, no exército e no ensino, beneficiando

de uma posição de destaque face às comunidades muçulmanas. Esta política, por um lado fortaleceu as elites maronitas e aproximou o Líbano do Ocidente, por outro acentuou a percepção de desigualdade entre comunidades.

Muitos muçulmanos sunitas viam a criação do Grande Líbano como uma imposição colonial que os afastava do projeto pan-árabe, liderado por Damasco e pelo Cairo, ao qual se sentiam mais próximos cultural e politicamente. Já os xiitas, maioritariamente rurais e marginalizados, ficaram ainda mais distantes dos centros de poder. O Mandato Francês institucionalizou assim um padrão de governação assente no equilíbrio precário entre comunidades, em que o favorecimento de umas era feito à custa da exclusão de outras. Mais do que apenas administrar o território, a França fomentou uma política de dividir para reinar, alimentando rivalidades internas como forma de consolidar o seu domínio (Hudson, 1968).

### 1.3 O consociacionalismo e o caso libanês

O conceito de consociacionalismo, desenvolvido por Arend Lijphart (1977), procura explicar como sociedades profundamente divididas podem manter estabilidade política sem recorrer a regimes autoritários. Ao contrário dos modelos maioritários, em que a regra é “quem ganha governa”, o consociacionalismo defende que, em contextos de grande fragmentação social, religiosa ou étnica, o poder deve ser partilhado entre os principais grupos. Segundo Lijphart, este modelo assenta em quatro princípios fundamentais: Grande coligação – formação de governos que incluam representantes das principais comunidades ou partidos relevantes; Direito de veto – possibilidade de cada grupo travar decisões que ameacem os seus interesses vitais; Proporcionalidade – distribuição equilibrada de cargos políticos, lugares na administração pública e recursos do Estado; Autonomia segmental – reconhecimento da autonomia de cada comunidade para gerir determinados aspetos da sua vida interna, como educação, cultura ou direito familiar. O Líbano é frequentemente citado como um caso paradigmático de aplicação do consociacionalismo.

### 1.4 O Pacto Nacional de 1943

A independência do Líbano, alcançada em 1943, marcou a transição de um território sob Mandato Francês para um Estado soberano e é considerado por muitos autores como o momento em que o confessionalismo passou de uma prática herdada para uma

verdadeira regra institucionalizada. Esse momento foi acompanhado por um acordo político não escrito, conhecido como Pacto Nacional, que definiu as bases do sistema político libanês. O pacto resultou de uma negociação entre líderes cristãos maronitas e muçulmanos sunitas, que procuravam encontrar um compromisso capaz de garantir a coexistência das diferentes comunidades religiosas no novo Estado. O entendimento estabeleceu uma lógica de partilha confessional do poder. No plano institucional, o acordo estipulou a distribuição dos principais cargos políticos segundo a pertença religiosa: A Presidência da República seria ocupada por um cristão maronita; o cargo de Primeiro-Ministro caberia a um muçulmano sunita; a presidência do Parlamento seria reservada a um muçulmano xiita. Para além destes cargos de topo, o pacto definiu ainda a proporção dos assentos parlamentares a favor dos cristãos, refletindo os resultados do censo populacional de 1932, que indicava uma ligeira maioria cristã. Os maronitas aceitariam igualmente a identidade árabe do Líbano e renunciariam a uma tutela política ocidental (em especial a francesa), enquanto os sunitas aceitariam a independência plena do Estado libanês e abdicariam da ambição de integração no projeto pan-árabe dominado por Damasco e pelo Cairo (Hudson, 1968; Salibi, 1988).

### 1.5 O Acordo de Taif e a institucionalização do sistema

O Acordo de Taif, alcançado em 1989 sob mediação da Arábia Saudita e com o apoio da comunidade internacional, representou o marco político que pôs fim formal à guerra civil libanesa, prolongada entre 1975 e 1990. Para além de encerrar um conflito devastador, o acordo procurou redefinir o equilíbrio de poder entre as comunidades religiosas e reformar parcialmente as instituições do Estado.

Entre as disposições mais relevantes, destacou-se a revisão da distribuição parlamentar: passou-se de uma relação de a favor dos cristãos para uma paridade absoluta entre cristãos e muçulmanos, o que refletia a alteração da realidade demográfica do país. Outro ponto central foi a redistribuição das competências do poder executivo. O Presidente da República, tradicionalmente um cristão maronita, viu reduzida a sua autoridade, enquanto o Conselho de Ministros, composto de forma plural, passou a assumir um papel mais colegial e partilhado. Esta mudança visava equilibrar as diferentes sensibilidades religiosas e evitar a concentração de poder num único cargo (Salloukh, 2019).

Apesar de ter permitido restaurar a paz e reintegrar o Líbano na ordem política

internacional, o Acordo de Taif não rompeu com a lógica confessional. Pelo contrário, consolidou a partilha do poder em moldes sectários, institucionalizando ainda mais as quotas comunitárias como base da governação. A curto prazo, o acordo trouxe estabilidade e pôs fim a quinze anos de violência. A longo prazo, porém, perpetuou os bloqueios políticos e a dependência de equilíbrios frágeis, ao reforçar a centralidade das identidades religiosas na vida pública (El-Husseini, 2012; Makdisi & El-Khalil, 2013).

#### 1.6 Pacto Nacional e Acordo de Taif em perspectiva

O Pacto Nacional de 1943 e o Acordo de Taif de 1989 são momentos decisivos na história política libanesa, ambos estruturados pela lógica do confessionalismo, mas em contextos distintos. O Pacto Nacional surgiu no momento da independência, estabelecendo a primeira fórmula oficial de partilha do poder entre comunidades religiosas. O Acordo de Taif, celebrado quase meio século depois, surgiu num cenário de devastação após quinze anos de guerra civil. Mais do que confirmar o modelo confessional, procurou ajustá-lo às novas realidades demográficas e políticas. Tanto o Pacto Nacional como o Acordo de Taif partilham uma mesma característica: ambos cristalizaram o confessionalismo como base do sistema político.

## CAPÍTULO II - Impactos Políticos do Confessionalismo no Líbano

O impacto político do confessionalismo no Líbano é amplo e tem várias dimensões. O sistema foi criado para manter o equilíbrio entre comunidades religiosas e impedir a hegemonia de uma só, mas na prática tornou-se um obstáculo à reforma do Estado e à estabilidade governativa. A partilha do poder traduz-se muitas vezes em vetos cruzados e bloqueios nas decisões, o que paralisa as instituições. Soma-se a isto o clientelismo, entendido como a troca de favores entre líderes políticos e cidadãos: em vez de direitos garantidos pelo Estado, muitas pessoas recebem empregos, apoios financeiros ou serviços básicos em troca de lealdade política. Este mecanismo, que se aproxima da corrupção, mina a ideia de cidadania universal e fortalece relações de dependência. Além disso, a fragilidade interna do sistema facilita a intervenção de potências estrangeiras, das quais o país se torna cada vez mais dependente.

### 2.1 Estrutura institucional, vetos e impasses

Sempre que é necessário tomar decisões importantes, como a formação de um governo, a aprovação do orçamento ou a definição de políticas públicas, o processo depende do consenso entre líderes de diferentes confissões. Isso dá origem ao chamado direito de veto informal, pois basta um grupo recusar o acordo para que todo o sistema fique paralisado. Assim, em vez de promover estabilidade, o modelo gera bloqueios frequentes, negociações intermináveis e crises políticas recorrentes.

Segundo Élisabeth Picard (1988), o Líbano funciona como um “Estado de discórdia”, onde o equilíbrio entre comunidades é constantemente negociado e raramente alcançado de forma duradoura. A busca de consenso transforma-se, muitas vezes, numa troca de vetos e contra-vetos, o que compromete a eficácia da ação governativa. Em vez de um Estado capaz de tomar decisões rápidas e eficazes, o país vive sob uma lógica de compromissos frágeis, sujeitos a rivalidades entre elites.

Em 2020, após a explosão no porto de Beirute (4 de agosto), o governo de Hassan Diab apresentou a demissão devido à pressão popular. A formação de um novo executivo arrastou-se durante meses porque os diferentes partidos confessionais não chegavam a acordo sobre a repartição dos ministérios. O movimento Amal e o Hezbollah, representando a comunidade xiita, exigiam manter o controlo do Ministério das Finanças, enquanto líderes cristãos e sunitas resistiam a essa exigência. Este impasse bloqueou a criação de um governo funcional durante mais de um ano, agravando a crise

econômica e social no país (El-Husseini, 2021). Um único grupo, ao não aceitar ceder uma pasta ministerial, conseguiu paralisar todo o processo político, mesmo em contexto de catástrofe nacional.

## 2.2 Clientelismo, corrupção e prestação de serviços

Um dos efeitos mais visíveis do confessionalismo no Líbano é o enraizamento do clientelismo. Em vez de funcionarem como cidadãos com direitos garantidos por um Estado forte, muitos libaneses dependem diretamente dos líderes da sua comunidade para ter acesso a empregos, apoios financeiros ou até serviços básicos como saúde, eletricidade e educação. Em termos simples, o clientelismo traduz-se numa troca de favores: os políticos oferecem recursos e benefícios em troca de apoio político e lealdade eleitoral.

Este fenómeno aproxima-se da corrupção, mas é mais amplo e estruturado, porque está ligado à própria organização do sistema político. Cada líder religioso ou partidário atua como mediador entre o Estado e a sua comunidade, controlando o acesso a bens e serviços. Assim, em vez de instituições públicas universais e imparciais, surgem redes paralelas que servem primeiro os interesses das elites políticas. Tal como explica Farid el-Khazen (2000), a administração libanesa funciona muitas vezes como um espaço de repartição entre grupos, em que os recursos do Estado são tratados como propriedade das comunidades e não como bens públicos.

Este modelo enfraquece e compromete a eficiência governativa. O acesso a serviços não depende de critérios objetivos ou de necessidade social, mas sim de proximidade com os líderes confessionais. Isso alimenta desigualdades, reforça divisões identitárias e perpetua a ideia de que cada libanês deve recorrer à sua comunidade, e não ao Estado, para resolver problemas do quotidiano.

## 2.3 Política externa e influência regional

A fragilidade das instituições libanesas e a divisão confessional interna tornam o país particularmente vulnerável à intervenção de atores externos. Potências regionais, como o Irão e a Arábia Saudita, têm explorado estas divisões ao apoiar determinados partidos e comunidades, alimentando rivalidades internas e influenciando diretamente a política libanesa.

Um dos exemplos mais evidentes é o papel do Irão no apoio ao Hezbollah, um partido

xiita que, para além de ter representação parlamentar, mantém também uma ala militar poderosa. Este apoio dá ao Hezbollah uma autonomia significativa face ao Estado libanês, permitindo-lhe atuar como “Estado dentro do Estado” (Norton, 2014). Por outro lado, a Arábia Saudita e outros países do Golfo apoiam tradicionalmente partidos e líderes sunitas, como forma de contrabalançar a influência iraniana (El-Husseini, 2012). Estas dinâmicas externas tornam difícil a formulação de uma política externa coerente e independente. O Líbano vê-se frequentemente paralisado em questões estratégicas, como as relações com Israel, a guerra na Síria ou as alianças regionais, porque cada decisão é filtrada pelas rivalidades confessionais internas e pela pressão das potências estrangeiras. Como sublinha Makdisi (2017), a política externa libanesa é menos o reflexo de um interesse nacional unificado e mais o resultado de compromissos frágeis entre comunidades alinhadas com atores externos.

Assim, a instabilidade interna repercute-se diretamente nas relações internacionais, impedindo o país de se afirmar como um Estado soberano e autónomo. O confessionalismo, que deveria servir de mecanismo de equilíbrio interno, converte-se numa porta de entrada para a interferência regional e internacional.

#### 2.4 O papel do Hezbollah no sistema confessional libanês

O Hezbollah é atualmente um dos atores mais influentes do Líbano e ilustra bem as fragilidades do sistema político. A comunidade xiita, que esteve sub-representada no Pacto Nacional de 1943, conquistou maior espaço político após o Acordo de Taif de 1989. Ainda assim, permaneceu a perceção de marginalização face a maronitas e sunitas, o que abriu caminho para o fortalecimento do Hezbollah, que se afirmou como o principal defensor dos xiitas.

O movimento nasceu em 1982, no contexto da invasão israelita do sul do Líbano, como uma milícia xiita apoiada pelo Irão e apresentada como força de “resistência islâmica”. Com o tempo, evoluiu para um partido político com assentos no Parlamento e presença em governos, mas sem nunca abdicar da sua ala armada (Norton, 2014).

Este duplo papel é o que faz do Hezbollah um caso tão particular: ao mesmo tempo que participa nas instituições, mantém uma força militar que muitas vezes é mais forte do que o próprio exército nacional. Além disso, gere hospitais, escolas e programas sociais, sobretudo em zonas xiitas, criando uma rede de apoio que reforça a sua autonomia em relação ao Estado. Isso reforça a sua legitimidade junto da comunidade e cria uma

dependência direta da população em relação ao partido, diminuindo ainda mais a autoridade das instituições centrais (Norton, 2014; Harb, 2010). Na prática, isto significa que a comunidade xiita ganhou um peso político e militar que desequilibra os arranjos previstos no Pacto Nacional e no Acordo de Taif. Para muitos cristãos e sunitas, esta situação é sentida como uma ameaça à soberania e à autoridade do Estado. Os acontecimentos mais recentes vieram reforçar estas tensões. A guerra de 2023–2024 contra Israel enfraqueceu o grupo: parte da sua infraestrutura foi destruída e o seu líder histórico, Hassan Nasrallah, morreu num bombardeamento. Em 2025, iniciou-se um processo de desarmamento, liderado pelo exército libanês e apoiado pela comunidade internacional. Apesar de o Hezbollah recusar oficialmente entregar as suas armas, parte da sua capacidade militar já foi reduzida e o Estado recuperou algum controlo no sul do país (Reuters, 2025 e AP News, 2025).

Mesmo assim, o partido continua muito presente no Parlamento, com cerca de 12% dos assentos de forma direta, mas quase metade quando se somam os aliados e mantém forte apoio na comunidade xiita.

### CAPÍTULO III - Impactos Sociais do Confessionalismo no Líbano

O sistema confessional libanês não se limita a organizar a política institucional; ele molda também as dinâmicas sociais e a vida quotidiana da população. Ao estruturar o acesso a cargos, recursos e serviços com base na pertença comunitária, este modelo tem repercussões profundas na coesão social, no desenvolvimento económico e na percepção da cidadania.

#### 3.1 Reforço das identidades comunitárias

Um dos principais impactos sociais do confessionalismo no Líbano é o reforço das identidades comunitárias em detrimento de uma identidade nacional unificada. Desde a independência, a pertença religiosa deixou de ser apenas uma dimensão espiritual ou cultural e passou a constituir a base de acesso ao poder político, aos recursos estatais e até a oportunidades económicas. Na prática, o sistema institucionalizou a ideia de que o cidadão é antes de tudo maronita, xiita, sunita ou druso, e só depois libanês.

Este enquadramento criou um círculo vicioso: como o Estado se apoia nas comunidades religiosas para funcionar, os cidadãos passaram a depender cada vez mais dos seus líderes comunitários para garantir direitos e benefícios. O resultado é que a lealdade primária se mantém junto da comunidade de origem, e não das instituições nacionais. Assim, em vez de fortalecer o sentimento de pertença ao Estado, o confessionalismo cristaliza a divisão interna e alimenta rivalidades sectárias (Makdisi, 2000).

Este fenómeno tem ainda implicações simbólicas e sociais. O casamento civil, por exemplo, não é legalmente reconhecido no Líbano, obrigando os cidadãos a casar segundo as regras da sua comunidade religiosa. Questões como heranças, educação ou até identidade pessoal estão igualmente reguladas por tribunais confessionais. Estas práticas tornam visível como o Estado abdica de competências fundamentais em favor das comunidades, reforçando a percepção de que a pertença nacional está subordinada à pertença religiosa (Salibi, 1988).

O confessionalismo, longe de promover a integração nacional, transformou-se num fator de fragmentação, em que a lealdade comunitária sobrepõe-se à lealdade ao Estado. Essa realidade fragiliza a construção de um projeto coletivo de cidadania e explica, em parte, a persistência da instabilidade social e política no país.

### 3.2. Acesso desigual a recursos e serviços

O sistema confessional também influencia diretamente a forma como os cidadãos libaneses acedem a serviços básicos e oportunidades. No país, muitas funções que noutros Estados são asseguradas pelo setor público estão, em grande medida, nas mãos das comunidades religiosas. Estas criaram as suas próprias redes de escolas, universidades, hospitais e instituições de solidariedade, funcionando quase como sistemas paralelos de bem-estar social (Picard, 1996).

Embora estas estruturas comunitárias assegurem a prestação de serviços essenciais, a sua existência reforça desigualdades. As comunidades mais organizadas e com maior influência política conseguem oferecer melhores oportunidades educativas e de saúde, além de garantir maior presença nos cargos públicos. Já as comunidades com menos recursos permanecem dependentes de redes locais frágeis, perpetuando a marginalização social e económica.

Este modelo tem duas consequências principais. Por um lado, enfraquece o papel do Estado central, que não assume plenamente a função de provedor universal de direitos, delegando de facto essa responsabilidade às comunidades. Por outro, gera desigualdades estruturais, na medida em que o acesso a serviços de qualidade depende da força política e organizacional da comunidade de pertença, e não de um princípio de igualdade cidadã.

Na prática, isto significa que a qualidade da educação, da saúde e até das oportunidades de emprego no setor público não é homogénea para todos os libaneses, mas varia em função da sua origem confessional.

O clientelismo também gera desigualdade social, uma vez que os recursos do Estado não são distribuídos de acordo com critérios de mérito ou necessidade, mas sim segundo redes de lealdade. Além disso, esta prática reforça a fragmentação social: os cidadãos tendem a apoiar os líderes da sua própria comunidade, alimentando divisões e dificultando a construção de instituições imparciais e inclusivas.

Na prática, o clientelismo funciona como uma extensão do confessionalismo político, consolidando as elites no poder e condicionando o quotidiano dos cidadãos, que permanecem dependentes de redes comunitárias para garantir direitos básicos.

### 3.3 Tensões sociais e exclusão

O sistema confessional, ao dividir rigidamente o poder entre comunidades, alimenta percepções de desigualdade e exclusão. Quando um grupo sente que não está representado de acordo com o seu peso demográfico ou político, a insatisfação tende a transformar-se em tensão social. Este foi o caso da comunidade xiita, que durante décadas se considerou marginalizada no acesso a cargos e recursos, mesmo depois do Acordo de Taif ter introduzido a paridade no Parlamento. Esse sentimento de exclusão esteve na base do fortalecimento de movimentos como o Hezbollah, que se apresentou como defensor dos direitos e da dignidade dos xiitas (Norton, 2014).

Para além da questão xiita, outros grupos também expressaram frustração perante o sistema. Muitos jovens e cidadãos urbanos, sobretudo após a guerra civil, passaram a ver o confessionalismo como um obstáculo à igualdade e à modernização política. Os protestos de 2019, conhecidos como a “revolução de outubro”, ilustram bem esta contestação: milhares de libaneses de diferentes comunidades saíram às ruas para exigir o fim da partilha sectária e o combate à corrupção, defendendo um modelo de cidadania mais inclusivo (Majed, 2020).

Estas dinâmicas mostram que, embora o confessionalismo tenha garantido a sobrevivência do Estado libanês, também gerou exclusão e desconfiança entre grupos. A incapacidade do sistema responder às exigências de igualdade e justiça social alimenta ciclos de protestos e instabilidade, enfraquecendo ainda mais o tecido social.

### 3.4. Efeitos na juventude e na emigração

As divisões confessionais têm também um impacto direto sobre as novas gerações. Muitos jovens libaneses sentem que as suas oportunidades estão limitadas por não pertencerem à comunidade dominante em determinados setores do Estado ou do mercado de trabalho. O acesso a bolsas de estudo, empregos públicos ou programas sociais depende frequentemente da mediação de líderes confessionais, o que cria frustração e reduz a percepção de igualdade de oportunidades (Traboulsi, 2012).

A emigração tornou-se, assim, uma resposta comum à falta de perspetivas internas. A saída de jovens qualificados, médicos, engenheiros, investigadores, gera uma perda de capital humano que fragiliza ainda mais o desenvolvimento económico e social do Líbano. Ao mesmo tempo, as remessas enviadas pela diáspora tornaram-se essenciais para a economia, criando uma dependência estrutural em relação aos emigrantes (De Bel-Air, 2017).

Este fenómeno contribui para um ciclo difícil de quebrar: quanto mais instabilidade e desigualdade o sistema confessional produz, mais jovens abandonam o país em busca de oportunidades, o que, por sua vez, reduz a capacidade de renovação e reforma interna. Assim, a juventude libanesa encontra-se muitas vezes dividida entre a lealdade comunitária e o desejo de construir um futuro para além das fronteiras do sistema confessional.

## Conclusão

O estudo realizado permitiu-me perceber que o confessionalismo no Líbano é um sistema marcado por contradições profundas. Por um lado, assegurou que nenhuma comunidade fosse totalmente excluída do poder, evitando a hegemonia de um grupo sobre os outros. Por outro, transformou-se num mecanismo de bloqueio e de divisão, que dificulta reformas estruturais e compromete a construção de uma cidadania comum. No plano político, ficou evidente como os vetos cruzados e o clientelismo alimentam a fragilidade do Estado, criando um ciclo de dependência das elites confessionais. No plano social, constatei que a pertença comunitária continua a determinar o acesso a direitos e oportunidades, perpetuando desigualdades e incentivando a emigração das novas gerações.

É importante reconhecer que o Pacto Nacional de 1943 e o Acordo de Taif de 1989, embora tenham sido soluções para contextos específicos, acabaram por institucionalizar um modelo difícil de ultrapassar. A sua lógica ainda hoje condiciona a estabilidade e a soberania do país, abrindo espaço para a intervenção de atores externos.

Apesar destas limitações, acredito que o confessionalismo não deve ser entendido apenas como um “fracasso político”. Ele foi também uma estratégia de sobrevivência num país marcado por grande diversidade e por pressões regionais constantes. O verdadeiro desafio que se coloca ao Líbano é encontrar uma fórmula que permita conciliar pluralidade religiosa e cultural com um projeto nacional mais inclusivo, capaz de fortalecer instituições e reduzir desigualdades.

Referências bibliográficas e documentais

De Bel-Air, F. (2017). *Migration profile: Lebanon*. European University Institute / Migration Policy Centre.

El-Husseini, R. (2012). *Pax Syriana: Elite politics in postwar Lebanon*. Syracuse University Press.

Harb, M. (2010). *Le Hezbollah à Beyrouth (1985–2005): De la banlieue à la ville*. Institut Français du Proche-Orient.

Hudson, M. C. (1968). *The precarious republic: Political modernization in Lebanon*. Random House.

Lijphart, A. (1977). *Democracy in plural societies: A comparative exploration*. Yale University Press.

Makdisi, S., & El-Khalil, Y. (2013). Lebanon: The legacy of sectarian consociationalism and the transition to a fully-fledged democracy. *Issam Fares Institute, American University of Beirut*.

Makdisi, U. (2000). *The culture of sectarianism: Community, history, and violence in nineteenth-century Ottoman Lebanon*. University of California Press.

Norton, A. R. (2014). *Hezbollah: A short history* (Updated edition). Princeton University Press.

Picard, É. (1988). *Le Liban, état de discorde: Des fondations aux guerres fratricides (1943–1990)*. Flammarion.

Picard, É. (1996). *Liban: Une démocratie dans l'islam*. Éditions Complexe.

Reuters. (2025, março). Lebanon begins Hezbollah disarmament process after war with Israel. *Reuters*. <https://www.reuters.com>

AP News. (2025, fevereiro). Hezbollah faces disarmament pressure after Nasrallah's

death. *Associated Press News*. <https://apnews.com>

Salibi, K. (1988). *A house of many mansions: The history of Lebanon reconsidered*. University of California Press.

Salloukh, B. F. (2019). Taif and the Lebanese state: The political economy of a very sectarian public sector. *Nationalism and Ethnic Politics*, 25(1), 43–60. <https://doi.org/10.1080/13537113.2019.1565177>

Traboulsi, F. (2012). *A history of modern Lebanon* (2nd ed.). Plut

